

Em mais uma dramática rodada de negociações, os banqueiros americanos estiveram próximos do rompimento. Ficaram confusos com a votação sobre o parlamentarismo, achando que Sarney estava sendo substituído e queriam garantias do Fundo Monetário Internacional.

O FMI é, de novo, o problema entre Brasil e credores.

Aquelas grandes janelas iluminadas na Noite das Bruxas, Halloween, em Nova York, exibiam um momento muito dramático da renegociação da dívida brasileira.

Os credores e os devedores tinham saído do salão de reunião plenária e estavam agora separados, cada grupo em sua sala. Mas era visível que algo errado acabava de ocorrer.

"Mr. Brecher", como alguns americanos chamam Fernão Bracher, confundindo-o com o outro "Mr. Brecher", o ministro Bresser Pereira, gesticulava, irritado. O diretor da área de dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, levantava os braços, como que dizendo: "O que podemos fazer?"

Na sala à direita, a dos banqueiros internacionais do comitê credor que representa 600 bancos, viam-se dois homens caminhando de um lado para o outro, nervosos, e também uma mulher, a mesma que antes podia ser vista com uma criança de alguns meses, representante do banco Manufacturers Hanover.

Um rompimento? Da rua 53 com Lexington, na praça do prédio do Citicorp Center, só se podia acompanhar a novela da renegociação da dívida brasileira, em seu 16º dia, como numa televisão sem som, só imagens. Àquela hora, 8 e 30 da noite de sábado de Halloween, as ruas já estavam tomadas por bandos de pessoas mascaradas, ou em fantasias superproduzidas, seguindo em direção a Greenwich Village, para um desfile quase carnavalesco.

Dos bueiros saía fumaça. E na igreja de São Pedro, embutida no prédio do Citicorp Center, noivos beijavam-se, prontos para entrar na limousine branca, cômica de tão comprida. A noiva, com seu longuíssimo véu, chamava mais a atenção que os bruxos. E atrás das janelas em frente, alheios ao mundo em volta, negociadores brasileiros e os credores internacionais estavam profundamente divididos, e há dois dias, sobre o texto das relações do Brasil com o FMI.

O JT, único telespectador deste teatro mudo, apurou que o FMI é que tinha acabado de provocar a brusca separação dos negociadores, reunidos desde às 11 horas da manhã.

Acordo e desacordo

A posição do Brasil ainda é a mesma anunciada pelo ministro Bresser Pereira após seu encontro com o secretário do Tesouro americano, James Baker, no começo de outubro: o acordo com os bancos credores não pode ser vinculado a um acordo com o FMI. O Brasil vai primeiro aos bancos e, só depois, ao FMI, embora, sem vinculação, os dois possam até ser tratados simultaneamente.

Mas os banqueiros querem um texto mais fechado, amarrado a algum programa do FMI, mesmo que a posição brasileira tenha sido endossada, publicamente, pelo secretário James Baker. E insistiram, na noite de sábado, depois de ter tocado no assunto, na sexta-feira, quando a reunião durou 13 horas, numa cláusula que comprometa mais o Brasil com o FMI.

"Mr. Brecher", negociador respeitado por sua paciência e inflexibilidade na defesa das posições brasileiras, pois pessoal-



Bracher e Pádua Seixas: retorno sempre adiado.

mente ele até seria favorável ao que os banqueiros lhe pediam, fechou questão, desabafando:

— O que vocês estão querendo? A gente concorda com isto aqui, e o acordo não terá valor algum, porque o governo brasileiro não poderá respeitá-lo...

Os banqueiros, como apurou o JT, levaram a sua posição até o ponto dramático de um rompimento porque, simplesmente, não podem ter a menor garantia de que, dentro de um, dois meses, a nova Constituição bra-

sileira, como a saudita, por exemplo, não proíba o pagamento de juros. Ou que o presidente Sarney estará ainda no poder. Eles ficaram confusos com a informação do voto sobre o parlamentarismo em Brasília, alguns até imaginando que o governo Sarney já estava sendo substituído.

Por muito tempo os dois grupos estiveram em busca de textos alternativos. Muitos escreviam, depois liam para os outros, e o texto acabava passando de mão em mão. Num momento, do lado americano, alguém

pareceu ter tido uma boa ideia, e todos se levantaram, passando para a sala de reuniões. Aí, os brasileiros, chamados, levantaram-se também. E recomeçou o debate, agora em torno de um texto vago, que permitiria as interpretações que os dois lados precisavam para cumprir diretrizes de um governo e de matrizes de bancos no Japão, na Alemanha, na França, na Suíça e por todo os Estados Unidos.

As ameaças de rompimento, nesta maratona de negociações, não passariam de

Exportadores só tiveram desvantagens com a moratória

A moratória não foi uma coisa boa porque não trouxe vantagens internas ou externas para o País. Em resumo, essa é a avaliação que faz hoje — quando se fala em levantar a moratória — o ex-presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil) e presidente da Duratex, empresário Laerte Setúbal. Para ele, muita gente fala, mas, na verdade, os exportadores é que pagam os encargos externos do Brasil.

Laerte Setúbal, ao comentar a questão da moratória, disse que sua opinião refletia a classe burguesa a que pertence, acostumada a cumprir seus compromissos. "É impossível não levar isso em conta na minha opinião", disse o empresário. E é dentro dessa linha de princípio que ele observa: "Acho que a moratória foi extremamente prejudicial ao Brasil. Principalmente porque deteriorou a imagem do País no Exterior".

Salientou Setúbal que essa imagem foi construída no tempo em que as questões externas brasileiras eram monopólio do Itamaraty "e a característica era o rigoroso cumprimento das suas obrigações internacionais". E foi graças a isso, ressaltou, que o Brasil foi aceito no clube dos países desenvolvidos.

Além disso, o ex-presidente da AEB aponta outras três desvantagens da moratória.

A primeira diz respeito aos seus resultados para o Brasil como Nação. "Ela não trouxe nenhuma melhoria para o padrão de vida do povo brasileiro, coisa que talvez justificasse a moratória", disse. Em segundo lugar, Setúbal salientou que o Brasil está pagando um custo altíssimo em *spreads* (taxas de risco) e despesas financeiras para renovar suas linhas de crédito no Exterior. Essas linhas eram, normalmente, renovadas a cada seis meses ou um ano, conta o empresário.

Já ouvi que, em alguns casos, as renovações passaram a ser mensais, semanais, ou até mesmo diárias — afirmou, lembrando que, a cada renovação, é preciso desembolsar uma espécie de taxa, que já pode ter custado de US\$ 150 a US\$ 200 milhões, por causa da moratória. Ddars que poderiam ter sido poupados na ausência dela.

Finalmente, Laerte Setúbal ainda faz a seguinte consideração que o Brasil não aproveitou o momento em que os juros internacionais estavam em patamares relativamente baixos, de 8% ao ano, "enquanto agora estamos com uma perspectiva de au-

mento substancial nessas mesmas taxas".

Se não conseguirmos negociar um "teto" agora para esses juros — afirmou — poderemos amanhã estar pagando de 10% a 12%, o que significa, sobre uma dívida externa de aproximadamente US\$ 100 bilhões, um desembolso que sobe de US\$ 8 bilhões, para US\$ 10 ou US\$ 12 bilhões anuais, um custo desproporcional para os recursos brasileiros.

Para finalizar, Laerte Setúbal reafirmou uma antiga consideração que costuma fazer sobre a dívida externa brasileira, de onde partem todos esses problemas em discussão com a moratória. "No caso da dívida, os brasileiros se dividem em quatro categorias, a saber: 1º) os que fizeram a dívida, os que contrairam a dívida; 2º) os que gastaram o dinheiro tomado emprestado; 3º) os que falam da dívida, e esse é o maior grupo; e o 4º) as cinco mil empresas que lutam desesperadamente para pagar a dívida, ou seja, o grupo dos exportadores", concluiu Setúbal.



Laerte Setúbal

ameaças. O rompimento não interessa aos bancos. Ao contrário, depois da grande queda histórica da Bolsa de Nova York, os banqueiros americanos não podem se dar ao luxo de pretender abater 10% da dívida brasileira, nem de aumentar suas reservas, por ordem de uma comissão interministerial que poderá decretar o rebaixamento dos créditos do Brasil nesta semana, dependendo do estado em que se encontrarem as negociações. E ao Brasil, a médio prazo, a marginalização do sistema financeiro internacional teria consequências trágicas, sem contar com a ameaça de corte imediato das linhas de curto prazo no valor de US\$ 15 bilhões, que mantêm funcionando o comércio externo brasileiro.

Um problema extra é que os bancos temem que suas concessões ao Brasil sejam um modelo para todos os outros devedores do Terceiro Mundo. Um banqueiro já comentou ao JT, durante estas negociações, que "muitas vezes me parece que estamos premiando o calote e incentivando outros países a proclamar uma moratória".

Um momento dramático

Novidades na reunião plenária: "Mr. Brecher", de pé, está cumprimentando um por um os banqueiros, num claro sinal de que a questão do FMI, ocupando a todos nos últimos dois dias, estava finalmente contornada. Durante a tarde, ele acenou da janela do Brasil para os repórteres que passaram o sábado lá embaixo, esperando um acordo anunciado como iminente há vários dias. Depois, enviou um emissário para dizer que telefonaria a cada um dos repórteres que lhe enviasse seu telefone, desobrigando-os de permanecer no frio, e à toa.

Mas agora, na rua, Fernão Bracher ouve a descrição do momento dramático visto de baixo, e avisa, sorrindo, que não vai falar nada. De certa forma, admite que esse momento ocorreu, mas não dará agora um endereço para as imagens, deixando-as mudas. Antônio de Pádua Seixas, do Banco Central, tem uma ideia: "É preciso que algum deles desça de vez em quando, para observar os americanos, na sala ao lado". O que poderia ter mudado, se vissem como estavam tensos, andando de um lado para o outro, após a separação em crise, no começo da noite?

"Mr. Brecher" não tem perspectivas claras de volta para o Brasil. O acordo está praticamente fechado, faltando discutir ainda a taxa de juros dos US\$ 3 bilhões que os bancos internacionais depositarão no banco de compensações da Basileia, na Suíça, segundo a fórmula sugerida pelo governo americano, e aceita pelos negociadores. Um comunicado oficial é final já começou a ser escrito e dois rascunhos foram entregues ao presidente do comitê credor, William Rhodes, do Citicorp.

Quando Fernão Bracher perguntou a Sérgio Amaral, da Embaixada do Brasil, se ele achava que acabariam o trabalho na segunda-feira, hoje, a resposta foi evasiva: "Não sei, depende deles..." e os brasileiros, exaustos com 16 dias de uma maratona de negociações, misturaram-se aos bruxos na noite de Nova York e passaram o domingo livre para uma outra maratona, a tradicional corrida pela cidade, com milhares de participantes.

Moisés Rabinovici, de Nova York